

Assessoria Especial de Promoção para o Trabalho Decente

Comissão Municipal para Erradicação do Trabalho Escravo – COMTRAE-SP

03 de Novembro de 2014, das 10h às 12h

ATA – 9ª Reunião

Presentes: Camila Zelezoglo (ABIT), Marília Ramos (Repórter Brasil), Christiane Nogueira (MPT/TRT2), Eliza Odila Donda (Missão Paz), Roque Pattussi (CAMI), Cristina Rezende (SMPIR), Maria Cristina Corral (SMPM), Lucimara Santos de Campos (Covisa), Maria Susicléia Assis e Maria da Penha Fumagalli (SMPM), Débora Sérgio (ABVTEX), Mércia Silva (INPACTO), Rosane Ramos Tanabe (ABIT), Juliana Felicidade Armede e Graziella Rocha (COETRAE/SP), Ricardo Fernandes de Moraes (SMS), Chrystiane Fermino (CDHIC), Tânia Bernny (CDHIC), Cristina Rezende (SMPIR).

Pauta:

- Ajustes do Plano Municipal para a Erradicação do Trabalho Escravo
- Intermediação de Mão de Obra – Pauta Solicitada pelo MPT
- Informes:
 - Campanha GIFT Box SP – Apresentação
 - Cartilha OIT – Políticas públicas disponíveis aos resgates do trabalho escravo
 - SINE Municipal
 - Encaminhamentos da I Oficina de Imigração e Trabalhos sobre Protocolos de atendimento aos imigrantes e a sua Inserção no Mercado de Trabalho.
 - Participação da COMTRAE no terceiro encontro das COETRAEs

Assessoria Especial de Promoção para o Trabalho Decente

Aos três dias do mês de novembro de dois mil e quatorze, no seguinte endereço: Rua Líbero Badaró, 504, Ed. Prédio Martinelli 26º Andar, Auditório, centro de São Paulo/SP teve início a IX Reunião da Comissão para Erradicação do Trabalho Escravo – COMTRAE-SP, sob a coordenação do Sr. Ebenézer Marcelo Marques de Oliveira, Assessor Especial para Promoção do Trabalho Decente da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania.

ABERTURA: O Sr. Ebenézer Oliveira iniciou a reunião informando que estava sendo gravada e solicitou a todos que se identificassem ao início das falas. Informou também que a sugestão de pauta de trabalho foi enviada a todos, citando seus pontos, destacando que acrescentaram alguns pontos e que tentarão abordar todos os assuntos e que poderiam continuar a realizar a revisão do plano. E como encaminhamento ao final da revisão que retomassem uma comissão temática para realizar uma revisão mais fina, para realmente finalizar o plano em novembro e na próxima reunião apresentar um documento final e passar para o tramite interno da SMDHC.

Prosseguiu então para a revisão do item 47 realizando sua leitura. A Sra. Juliana da COETRAE-SP discorreu que pensando não apenas no ponto de vista da segurança, mas pensando na capilaridade que a guarda civil de São Paulo seria importante colocar a guarda civil metropolitana neste item.

A Sra. Lucimara da Coordenação de Vigilância de Saúde, questionou se a capacitação para a área de saúde é apenas para assistência ou também para vigilância, considerou importante incluir a vigilância também na capacitação. O Sr. Ebenézer Oliveira esclareceu que podem destacar, mas considera que em geral coloca a secretaria e no momento oportuno irão pensar quais as áreas que entrarão.

Assessoria Especial de Promoção para o Trabalho Decente

Seguiram com a revisão e no item 50 o Sr. Roque Renato solicitou que acrescente como parceiros a sociedade civil, com concordância de todos.

No item 51 a Sra. Christiane Nogueira e Cristina Rezende levantaram a questão da intermediação e o Coordenador informou que na hora da intermediação que irão balizar melhor. A Sra. Eliza Silva da Missão Paz, ponderou que não realizam intermediação e sim mediação, que as empresas e migrantes conversam em virtude da questão cultural, linguística, comportamental e direitos e deveres trabalhistas a serem levados em conta. A Sra. Débora Sérgio complementou que alterando a palavra para mediação, melhoraria a conotação.

O Sr. Ebenézer Oliveira informou que existem muitos atores envolvidos ainda não chegaram num consenso sobre o termo e sugeriu que se mantenha porque é um termo legal e deixa para debater mais à frente.

A Sra. Juliana da COETRAE discorreu que a nomenclatura, existe uma proposta de pauta para debater, solicitou que foquem no plano para terminar e após, como questão de ordem, transforme esse debate num item de pauta.

O Coordenador então continuou a leitura do plano e no item 53 por sugestão da Sra. Juliana da COETRAE incluíram a sociedade civil, como parceiro pensando na amplitude e diversidade. A Sra. Marília Ramos, Repórter Brasil, concordou em colocar o termo, de acordo com a lei, pois assim abrangerá quando e se a lei for alterada. O Sr. Ricardo Menezes da Secretaria de Saúde, ponderou que o termo, nos termos da lei, fica restritivo teria que ser de toda legislação. Após debate optaram por acrescentar apenas a inclusão como parceiros a sociedade civil e não acrescentar o termo “nos termos da lei”.

A Sra. Juliana da COETRAE discorreu com relação ao item 55 realizar a partir também das Secretarias de Estado, exemplificando a área de trabalho quanto parecido é com a Assistência Social e com a Saúde, porque as políticas são concorrentes e complementares entre municípios e estados, sugeriu que

Assessoria Especial de Promoção para o Trabalho Decente

dentro dos parceiros se acrescente os governos municipais e estaduais dentro dos projetos. A Sra. Tânia Bernny concordou e acrescentou que seria muito importante, inclusive, nos municípios fronteiriços, a integração entre as políticas nacionais, estaduais e municipais. Debateram se podem incluir consulados no plano e a Sra. Tânia Bernny ponderou que poderiam trabalhar com as organizações da sociedade civil que atuam nesses locais.

A Sra. Juliana COETRAE considerou que o olhar macro deve ser pensando com cuidado, devido ser um plano municipal, não concordando colocar consulado, pois poderia deixar muito amplo e não atingir seus objetivos.

A Sra. Tânia Bernny discorreu que para uma política pública eficaz é necessário um trabalho com a sociedade civil e o trabalho com o tráfico de pessoas deve ser institucionalizado.

A Sra. Camila Zelezoglo falou que a ação que envolve o consulado e Secretaria Municipal de Relações Institucionais e Federativas está focada em criar um canal de diálogo com as cidades, considerando a participação com a sociedade civil e Estado bem pontual. O Coordenador explanou com relação ao ponto e a Sra. Mariana acrescentou que a revisão seria pontual, mas se a CDHIC considerar por bem, poderiam reabrir o prazo para sugestões. E o Coordenador discorreu sobre a proposição do GT menor para revisão, que enviará para todos os Conselheiros e que não alterem mais, apenas corrijam ou incluam algo que considerem importante e encerrem o plano.

Consultou os membros para encaminharem dessa forma. O Sr. Roque Pattusi sugeriu o prazo de oito dias para que o governo também realize seu trâmite interno.

A Sra. Camila discorreu que devem selecionar algumas ações prioritárias dentro das 59 ações.

Assessoria Especial de Promoção para o Trabalho Decente

Com concordância de todos, o Coordenador encaminhou como sugerido, deixando para o GT enviar as prioridades e consultas de inclusão, com o prazo de devolutiva de oito dias após envio pelo GT.

Finalizou a leitura das ações, com a Sra. Cristina corrigindo o termo incubadora da ação 58, o alterando para o plural, para não remeter apenas a Prefeitura, padronizando todos os itens. Ponderou que a solicitação de traduzir as siglas dentro das ações não foi possível, mas irão acrescentar uma página com essa explicação para cada sigla, também com relação aos termos, um glossário para facilitar a leitura, colocando o tema em discussão.

A Sra. Cristina solicitou que separem os CRMs, Centros de Referência da Mulher e CCMs, Centros de Cidadania da Mulher, que é voltado para a questão da participação social política e trabalho e o primeiro para a questão da violência.

A Sra. Juliana da COETRAE informou que terão um encontro das COETRAEs, que no momento em que citam o governo do Estado de São Paulo, solicitou que se acrescente COETRAE-SP e harmoniza o pedido de construções de ações futuras a partir das Comissões. A Sra. Tânia Benny solicitou que se acrescente na ação 59, a institucionalização e acolhimento para os imigrantes sobre o problema de bancarização mediante a Caixa Econômica Federal. O Coordenador esclareceu que esta ação já está contemplada.

Ficou agendada com a Comissão Temática do Plano uma reunião para a quinta-feira seguinte, 06/11/2014 às 10h. Seguiu para o próximo ponto de pauta, intermediação de mão de obra, solicitada pela Sra. Christiane Nogueira.

Christiane Nogueira informou que a solicitação foi por conta de uma reunião no MPT, quando convocaram secretarias municipais e estaduais do trabalho, COMTRAE-SP e COETRAE-SP, tendo em vista uma série de questões especialmente na missão paz, com relação ao encaminhamento dos migrantes para o trabalho para as empresas e problemas posteriores que verificaram.

Assessoria Especial de Promoção para o Trabalho Decente

Na semana seguinte houve o seminário em que o MPT não foi convidado e gostaria de ser informada das discussões. O Coordenador informou que houve uma primeira oficina de migração e trabalho, protocolo de atendimento aos imigrantes e inserção do mercado de trabalho no município de São Paulo, parceria do CNlg com a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e na parte da manhã, uma fala do MTE com o chefe da fiscalização e o Superintendente. Informou também que houveram quatro oficinas no período da tarde, com os temas: documentação, intermediação, qualificação e proteção. Um dos encaminhamentos foi se reunir com as secretarias municipais e criar um Cadastro Único relacionado a vida do trabalhador, como profissional.

A Sra. Christiane Nogueira discorreu que a proposta do MPT é que se utilize e se fortaleça os SINEs considerando que é um equipamento descentralizado e já em funcionamento.

O Sr. Roque Patussi acrescentou que o cadastro solicitasse endereço e como se trata de imigrantes que não tem endereço dificultaria esse cadastro, mas existirão outros postos de atendimentos além dos SINEs. A Sra. Christiane Nogueira discorreu que a proposta seria também que a COMTRAE-SP entrasse na discussão e cobrasse a Secretaria do Trabalho, que há uma série de adaptações necessárias, e é necessário que entrem com ações preventivas, visando isso.

A Sra. Tânia Bernny ponderou que além de preventivas há a necessidade de documentos para as pessoas qualificadas profissionalmente terem acesso as vagas de trabalho programas sociais existentes. A Sra. Camila endossou a questão que seria importante que o SINE passe a cadastrar de forma efetiva. A Sra. Juliana Armede da COETRAE-SP, ponderou que é necessário entender como os programas funcionam e identificar os convênios e os tipos de repasses. O Sr. Roque sugeriu que a COMTRAE-SP avalie o cadastro para verificar qual

Assessoria Especial de Promoção para o Trabalho Decente

seriam as dificuldades de dados a serem preenchidos. A Sra. Tânia Bernny também relacionou que seja adequado com as necessidades de registros civis que os imigrantes possuem para poder ter acesso aos programas sociais como Pronatec. Que as políticas para serem eficientes devem se adequar as necessidades dos imigrantes não só a nível governamental.

O Coordenador informou que a ideia do cadastro único do trabalho seria receber, não só do governo, mas também das organizações de sociedade civil os dados dessas pessoas que querem trabalhar.

Passou para os informes, explanando que a OIT está realizando uma cartilha com políticas públicas disponíveis para os resgatados no trabalho escravo, do ponto de vista nacional e também estadual e municipal. Que o objetivo é que os órgãos públicos possam informar os serviços oferecidos para as vítimas dos resgatados no trabalho escravo, para que no próximo passo, realizem um fluxo desses serviços.

A Sra. Juliana Armede da COETRAE-SP discorreu que poderiam identificar as políticas públicas disponíveis não apenas para esse público específico, mas que também poderiam ser utilizadas por eles. A Sra. Tânia Bernny sugeriu que se encaminhe a OIT que a cartilha seja publicada em vários idiomas.

O Coordenador passou para o próximo informe discorrendo que solicitou aos órgãos que estão organizando o 3º Encontro das COETRAEs a participação da COMTRAE-SP no evento, que recebeu a resposta negativa da participação na mesa sobre a experiência das COETRAEs.

A Sra. Marília Ramos convidou todos a participarem do encontro que será aberto, necessário apenas o preenchimento da ficha de inscrição e todos terão a palavra, mas não foi possível a inclusão da COMTRAE-SP na mesa em virtude da dificuldade de se articular as 13 COETRAEs. A Sra. Juliana Armede da COETRAE-SP, complementou que o objetivo do encontro é descentralizar no

Assessoria Especial de Promoção para o Trabalho Decente

fortalecimento e integração das COETRAEs e que a Comissão Municipal é única e a ideia foi focar nas Estaduais.

A Sra. Marília Ramos complementou que o encontro acontecerá nos dias 10 a 12 de novembro, sendo o dia 12 livre e que enviará a programação para quem se interessar. Informou o local, salientando que houve uma mudança, solicitou então atenção aos interessados em participar. Informou também que nos dias 12 a 14 acontecerá o encontro científico para combater o trabalho escravo, questões contemporâneas na PUC/São Paulo, organização conjunta da Repórter Brasil e do GPTEC da UFRJ, convidando a todos.

O Sr. Ebenézer Oliveira discorreu que, apesar de todos os argumentos, considerou que a COMTRAE-SP deveria participar dessa mesa por ser a única Comissão Municipal, também por ter uma similaridade com as questões das COETRAEs. Que poderia com a exposição da sua experiência incentivar outros estados e grandes municípios de acordo com suas especificidades também criar COMTRAEs. A Sra. Christiane Nogueira concordou com o Coordenador e acrescentou que mesmo sem participar da mesa a COMTRAE-SP deve comparecer e nos momentos que tiver oportunidade expor suas opiniões. O Coordenador discorreu que apesar da discordância, devem participar do evento.

A Sra. Tânia Bernny discorreu da importância da integração com a COETRAE-SP salientando a participação social. E a Sra. Camila Zelezoglo acrescentou também da importância de se debater a representação das entidades patronais na sociedade civil nos estados. O Sr. Ebenézer Oliveira entendeu que por isso é importante o coletivo participar do evento, considerando que a multiplicidade de experiência deve ser explicitadas nas mesas de debate dos eventos.

Seguiu-se para o próximo informe que a SMDHC está apoiando uma campanha relativa a trabalho escravo e tráfico de pessoas, onde tem uma

Assessoria Especial de Promoção para o Trabalho Decente

instalação de uma caixa grande em locais de grande circulação e circulará a cidade sendo o primeiro local o viaduto do chá. A Sra. Christiane sugeriu a visibilidade da caixa também em aeroportos pensando no tráfico de mulheres para a exploração sexual.

A Sra. Mércia Silva ponderou que nos intervalos entre uma cidade e outra poderia ficar nos grandes supermercados varejistas, para dar mais visibilidade e divulgação desse projeto.

O Coordenador informou com relação aos recursos utilizados que já há uma programação, pois há custos com transportes da própria caixa e também das pessoas, voluntários que trabalharão nos locais, etc. A Sra. Tânia Bernn discorreu que tem materiais em outras línguas para distribuir conjuntamente com os materiais informativos da caixa. A Sra. Cristina Rezende questionou se o racismo será em algum momento tema na caixa, que em cima desse dado poderia ter uma parte tratando dessa questão, já que a caixa trará informação para pessoas, considerou pertinente.

O Coordenador esclareceu que caixa tem como temas o tráfico de pessoas e o trabalho escravo, que o projeto pertence a uma ONG da Inglaterra que cede esse direito para outras ONGs, e este projeto vem formatado. Após debate o Sr. Ebenézer Oliveira concordou que há vários canais de denúncias, que o disque 100 é um deles, talvez o mais importante, mas irão trabalhar a possibilidade de colocar a questão do racismo, a possibilidade incluir nas histórias da caixa.

A Sra. Eliza Donda da Missão Paz, convidou a todos para o Seminário Vozes e Olhares Cruzados na próxima sexta feira, com inscrição no site da própria Missão Paz.

A Sra. Tânia Bernny discorreu que acontecerá nos próximos dias 05 e 06 O Seminário Trabalho Decente e Imigração realização pela CUT, CDHIC e patronato civil no sindicato dos bancários, convidando a todos.

Assessoria Especial de Promoção para o Trabalho Decente

O Coordenador finalizou, informou que na Secretaria chegará um estagiário e de imediato solicitará a atualização dos dados de todos os membros da COMTRAE-SP, solicitando que todos respondam os próximos e-mails para atualização dos dados. Informou também que em dezembro está fora do Estado e sugere a última reunião na última semana de novembro. Encaminhou a próxima reunião para o dia 25 de novembro e o local ainda a definir.

O Sr. Roque Pattussi informou que estão organizando a marcha dos imigrantes, convidou à todos para este dia (07/12), e que na próxima semana irão distribuir os convites, também por correio eletrônico e solicitou que divulguem para a participação do maior número de pessoas e o lema será: Basta de violência contra os (as) imigrantes.

O Sr. Ebenézer Oliveira agradeceu a todos e todas e encerrou a IX Reunião da Comissão de Erradicação do Trabalho Escravo em São Paulo – COMTRAE-SP, do dia três de novembro de dois mil e quatorze.